

A CONSTRUÇÃO DA AUTORIDADE DOCENTE EM UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA*

Eglen Silvia Pipi Rodrigues (UFR)
Maizi Aparecida Santos (SEDUC/MT)

Introdução

Sabemos que a escola é um espaço importante para a construção de uma sociedade mais democrática e justa. Todavia, o despreparo profissional e o fracasso escolar estão entre os principais problemas enfrentados pela escola na contemporaneidade, como por exemplo, estudantes que apresentam dificuldades na aprendizagem, que perderam a curiosidade, que não veem sentido em ir à escola, nem no conteúdo escolar.

Compreendemos que professores(as) têm um papel muito importante no processo educativo. As interações estabelecidas entre professor(a) e estudante são fatores indispensáveis para o processo de ensino-aprendizagem, fato comumente relacionado à temática da (in)disciplina na sala de aula. Entretanto, há um sentimento constante de “divórcio” entre professor(a) e estudante, manifestado na dificuldade de relacionamento entre ambos de forma aberta e adequada: “alguns são autoritários e tradicionais, desejam que os alunos sejam disciplinados, seguindo um currículo preestabelecido” (CABRAL, CARVALHO e RAMOS, 2004).

Esse comportamento do(a) professor(a) pode ocasionar uma crise de sua autoridade que muitas vezes é originada pela confusão entre os conceitos de autoridade e autoritarismo. Quando a prática educativa é baseada no autoritarismo não possibilita o diálogo entre as partes, entre seus pares, o que acaba dificultando todo o processo educativo.

É importante ressaltar que o conceito de autoridade deriva da palavra latina *augere*, que significa aumentar, sendo que “o autor é um aumentador do mundo e a autoridade associa-se à criação de ordem, à responsabilidade de iniciar algo novo em alguém” (MACHADO, 2012 p.167). Portanto, legitimamos a autoridade no(a) professor(a) ao considerá-lo agente de aprendizagem que contribui para a produção de conhecimentos.

Libâneo (1994) caminha nessa direção afirmando que a autoridade:

*DOI – 10.29388/978-65-86678-68-0-0-f.35-54

É um atributo da condição profissional do professor e é exercida como um estímulo e ajuda para o desenvolvimento independente dos alunos. O professor estabelece objetivos sociais e pedagógicos, seleciona e organiza os conteúdos, escolhe métodos, organiza a classe. Entretanto, essas ações docentes devem orientar os alunos para que respondam a elas como sujeitos ativos e independentes. A autoridade deve fecundar a relação educativa e não cerceá-la (LIBÂNEO, 1994, p.251).

Ao exercer a autoridade, o(a) professor(a) facilita a liberdade e autonomia dos educandos, criando com isso uma atmosfera democrática, “o que não significa que professor e aluno sejam iguais. O professor é mais velho que o aluno, tem mais experiência, ou seja, é um educador, logo é impossível nivelar” (D’ANTOLA, 1989, p.53). De acordo com Freire, “O autoritarismo e a licenciabilidade são rupturas do equilíbrio tenso entre autoridade e liberdade. O autoritarismo é a ruptura em favor da autoridade contra a liberdade” (2011, p.86).

As práticas autoritárias não podem ser naturalizadas na escola. Na sala de aula o(a) professor(a) é uma figura de referência para o grupo, que para vir a ter autoridade precisa ensinar com autoridade. É importante também promover práticas pedagógicas pautadas no diálogo e no respeito, que são o caminho para a construção e fortalecimento das relações sociais entre todas as pessoas.

O diálogo é fundamental na relação professor(a)-estudante, pois é o elemento central para que a comunicação seja voltada para o entendimento. “Toda vez que aparecem relações antagônicas entre professor(a) e estudante é sinal de que houve autoritarismo” (D’ANTOLA, 1989, p.53 apud FREIRE e SHOR, 1986, p.115).

Sabemos que a aula deve ser um espaço de discussão, de escuta, de desenvolvimento da criticidade e da postura reflexiva de todos os envolvidos. Mas muitas vezes acabamos encontrando em grande parte das escolas de nosso país, práticas docentes de silenciamento, tecnicistas, conservadoras que inibem a construção de espaços para o diálogo. Dessa forma, é fundamental compreender que a autoridade é inerente à prática docente, bem como a necessidade da ruptura de práticas autoritárias, ainda tão presentes na escola até os dias atuais.

Autoridade *versus* autoritarismo em sala de aula: reflexões necessárias à prática docente

Nós, educadoras(es), devemos estar atentas às aprendizagens e estabelecer sempre uma relação respeitosa que promova sentido no processo de ensino e aprendizagem, para que todos os educandos compreendam melhor o mundo em que vivem e se entendam com os outros. Nas diferentes interações sociais, é preciso que haja diálogo, pois o que aprendemos na maioria das vezes depende sempre das condições de aprendizagem que temos. A autoridade só é possível por meio do respeito e do diálogo. Onde não há diálogo, há violência. As práticas fundadas no conceito de autoridade possibilitam liberdade para o pensamento crítico e reflexivo do outro, desenvolvimento da autonomia, da consciência política, do pensar crítico, voltado para uma ação humanizadora.

A crise na autoridade docente é algo que vem causando diversos problemas no contexto educacional, entre eles, o distanciamento do respeito entre os sujeitos do processo, ou seja, estudantes e professores(as). De acordo com Mello, (2012, p. 19), “a escola que herdamos e que reconhecemos como escola é originária do século XIX, reformulada a partir da revolução industrial”, isto nos faz compreender as constantes crises de um modelo deixado por séculos passados e que se arrasta até nos dias atuais. Esse modelo parte do princípio tradicionalista que enxergava o estudante como um mero receptor, não existindo a preocupação de formar para a cidadania, para o respeito ao outro e às diferenças.

A função da escola nesta concepção visava apenas preparar o sujeito para o trabalho, para encaixar as pessoas em mãos de obra baratas, voltadas para o crescimento econômico dos grandes mercados. Dessa forma, o ensino não era pensado para possibilitar uma formação política, crítica e questionadora, muito pelo contrário, era uma formação composta por relação de poder onde o aluno jamais poderia expor suas curiosidades.

De acordo com Mello “o conhecimento socializado pela escola teria o papel de ampliar o referencial de análise e de ação dos sujeitos sobre o mundo, sendo, portanto, um instrumento de emancipação” (MELLO 1995, p.132). Pensando por esta linha, sabemos que para que a educação seja efetiva e relevante para o aluno ela precisa acontecer de maneira autônoma e não como algo distante, desconexo da realidade, estático, cristalizado, pronto e acabado.

Nesse sentido, Libâneo (1991) afirma que o trabalho docente constitui o exercício profissional do(a) professor(a) e este é o seu primeiro compromisso com a sociedade. Sua responsabilidade é a da produção do conhecimento, promover práticas que oportunizem que os conteúdos escolares se encontrem com a vida, só assim, será possível falar de cidadania, de vida pública, política, de ética, de valores humanos, de direitos e deveres, de autoridade. Fica claro que nessa perspectiva o(a) professor(a) cumpre um papel de mediação entre o educando e o meio social.

Entender os diferentes tipos de autoridade não é um processo fácil, demanda reflexão e compreensão do sentido da palavra autoridade. Para essa compreensão precisa-se desenvolver diversos estudos e leituras que esclareçam quaisquer dúvidas que possam estar diante da prática docente.

Libâneo (1991, p. 252) afirma que, “a disciplina da classe está diretamente ligada ao estilo da prática docente, ou seja, à autoridade profissional, moral e técnica do(a) professor(a)”. Por esta razão, é importante que o(a) educador(a) tenha a clareza do conceito de autoridade, bem como a sua natureza e competência. Conforme o autor, a autoridade compreende três dimensões importantes, já mencionadas anteriormente:

A autoridade profissional se manifesta no domínio da matéria que ensina e dos métodos e procedimentos de ensino, no tato em lidar com a classe e com as diferenças individuais, na capacidade de controlar e avaliar o trabalho dos alunos e trabalho docente. Autoridade moral é o conjunto das qualidades de personalidade do professor: sua dedicação profissional, sensibilidade, senso de justiça, traços de caráter. Autoridade técnica constitui o conjunto de capacidades, habilidades e hábitos pedagógico-didáticos necessários para dirigir com eficácia a transmissão e assimilação de conhecimento aos alunos (LIBÂNEO, 1991, p. 252).

Com essa organização apresentada pelo autor a respeito da autoridade profissional compreendemos que ela é um conjunto organizado que atribui diferentes competências ao(à) professor(a). Mas, percebemos o quanto ainda existem lacunas na compreensão da autoridade e do autoritarismo no meio escolar, muitos educadores tendem a fazer uso de sua autoridade embasada no autoritarismo e ainda afirmam ter autoridade. Por esta razão a autoridade não é construída apenas com uma compreensão fundamentada a partir de uma racionalidade técnica. A compreensão de autoridade transpõe os saberes de ação teleológica.

Sabemos que ao longo da história as relações de poder estratificam e hierarquizam uma sociedade, que adentra os muros da escola, e compreendê-las, muitas vezes não é fácil.

De acordo com Resende (1995, p.35)

O poder sempre está presente em diferentes espaços como um dos elementos da engrenagem social mais forte e perverso, onde as pessoas vivem situações de opressão, as relações são estabelecidas de maneira hierárquica, inclusive em instituições sociais como a escola (RESENDE, 1995, p.35).

O autor nos chama a atenção para uma importante consideração, afirmando que uma escola autônoma e de qualidade oportuniza o exercício de práticas humanizadas.

Caminhando nessa direção Freire (2011, p.81) argumenta que, “o educador que se aliena na ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processo de busca”. Desta maneira, percebemos que o(a) professor(a) autoritário nega o conhecimento, monopolizando uma ação que é fundamental para promoção de uma educação de qualidade, onde o educando se constrói diante das possibilidades de aprendizagem.

A autoridade de um educador(a) deve se distanciar dessa configuração de mando e relação de poder estabelecidas por práticas autoritárias (de exposição, opressão e humilhação). A autoridade na perspectiva da dialogicidade propõe uma educação emancipatória e humanizada, que parte da tomada de consciência dos sujeitos no mundo tendo claro que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2011, p.71). Assim, no exercício da autoridade a prática docente deve ser permeada de diversos fatores que possibilitam despertar o conhecimento e proporcionar um caminho onde a busca constante por significado leva ao crescimento e autonomia,

Autoridade *versus* autoritarismo: reflexões sobre o tema

A autoridade e o autoritarismo jamais devem ser confundidos. Pensar o processo de ensino e aprendizagem de uma forma autoritária é o que Freire chama de educação bancária. Segundo o autor, tal denominação conceitual se refere ao ato de depositar, de armazenar ideias, conteúdos, sen-

do o educando nesse processo apenas um mero receptor. “A narração que o(a) professor(a) é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado” (FREIRE, 2011, p.80). Quando um(a) professor(a) em sala de aula desenvolve uma postura autoritária, dá espaço para o desentendimento, gerando muitas vezes práticas de humilhação e exposição, e que por consequência acaba resultando em episódios de violência (tanto dentro como fora da sala de aula).

Entre os fatores que ocasionam o comportamento dito “indisciplinado” dos alunos, o autoritarismo docente pode ser um agravante da situação e da falta de confiança entre todos os sujeitos, levando a um rompimento das relações e dificultando as interações e as aprendizagens. Neste sentido, Vasconcelos salienta para a seguinte questão,

Entre tantas incertezas, uma única certeza parece ser consensual: a escola terá que se adaptar às necessidades de seu tempo ou não mais dará conta de cumprir o seu papel social de transmissora do saber consagrado e, ao mesmo tempo, de geradora de novos conhecimentos; não mais será o locus ideal para a formação da cidadania e para a aprendizagem dos relacionamentos, dos ritos, das tradições. O sistema escolar hoje vive uma crise que não é isolada, própria da escola brasileira, específica e confinada a nossas fronteiras históricas e nacionais (VASCONCELOS, 2001, p.16).

Refletindo sobre o que Vasconcelos apresenta, entendemos que as interações sociais no processo de ensino e aprendizagem precisam melhorar. A escola contemporânea não pode apenas se ater à responsabilidade da transmissão dos conhecimentos produzidos ao longo da história. Não pode mais ser apenas um espaço de “transmissão” de conteúdos escolares. O papel da escola não é apenas o de garantir a socialização dos bens culturais universais.

De acordo com Gómez (1998, p.14-15), as funções sociais da escola possuem caráter plural e complexo e estão para além da socialização e da reprodução dos conhecimentos sistematizado, estão além da preparação para a incorporação no mundo do trabalho. A escola precisa exercer sua responsabilidade enquanto instituição democrática e educativa. Cabe a ela a função social de socialização e de humanização, de propiciar práticas que promovam o exercício do pensamento crítico, reflexivo, que dê espaço e potencialize o desenvolvimento de sujeito nas diferentes esferas do mundo social (intervenção na vida pública).

A escola enquanto instituição social tem o papel de preparar o sujeito para a vida adulta e pública, porém ela tem também a função social de humanização: de propiciar experiências que favoreçam o pensamento crítico, reflexivo, pautado nos princípios dos valores humanos, da ética, do respeito à diversidade, às diferenças (culturais, religiosas, étnicas etc.), de promover práticas pedagógicas antirracistas no processo de ensino aprendizagem, no cotidiano da escola e para além dela.

Mas por que isso não tem sido uma constante na grande maioria das vezes? Porque é que ainda nos deparamos com tantas práticas excludentes, racistas, machistas, discriminatórias e antidialógicas na escola, na sala de aula? São vários os questionamentos nesta direção, e muitos são os fatores que geram tal crise educacional. Para Vasconcelos (2001, p.18), um desses fatores pode estar relacionado diretamente com a maneira que o(a) professor(a) muitas vezes têm de mascarar suas fragilidades no processo de educar (seja em relação ao seu saber teórico e/ou prático ou ainda relacional). Muitas vezes, o docente temendo não ter o “domínio da classe”, acaba assumindo uma posição autoritária como uma espécie de escudo protetor, no intuito de blindar a relação professor(a)-aluno. Porém, tal postura além de ingênua é também violenta, pois, se estabelece a partir de uma relação de poder e hierarquia. A relação de superioridade (relação vertical e desigual), promove monólogos e não diálogos, causando, muitas vezes, um distanciamento, revolta por parte dos alunos, que podem reagir tanto com o silêncio requerido, como com agressividade desafiadora, traduzida em “indisciplina” (VASCONCELOS, 2001, p. 18).

Diante disso, a esse contexto de crise docente entendemos que é pertinente reconhecer o diálogo como um importante princípio para o processo de ensino e aprendizagem, pois, apenas por meio dele é possível a criação de um espaço de construção da autoridade docente.

Para Freire o diálogo é

Uma exigência existencial. E, se ele é encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir ao ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco torna-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2011, p.109).

Com base nessa fundamental afirmação de Freire (2011), entendemos que, a atual configuração da escola precisa ser reformulada e pensada numa perspectiva de inserir o diálogo na sala de aula como também nas re-

lações para além dos muros escolares. Nesta perspectiva a escola deve trabalhar de maneira a trazer os familiares e toda comunidade de entorno para o interior da escola, conhecer o contexto e a população local, buscando aproximação com a realidade; e isso só se torna possível se houver práticas pautadas no diálogo, se a escola oportunizar uma construção coletiva de um currículo plural com todas as pessoas da comunidade. O diálogo quando estabelecido no processo educativo gera escuta e consequentemente confiança na relação entre as partes.

Um processo de educação pautado no diálogo e na confiança resulta em respeito e autoridade. Não se tem autoridade onde não se tem uma relação de respeito e confiança. Onde não há diálogo, haverá violência. A ausência do diálogo dá espaço para que práticas autoritárias e de violência conduzam as relações. Porém, as relações sociais pautadas no autoritarismo, são práticas desumanizadoras, estabelecidas por meio da agressividade, do grito, do xingamento, da acusação, do falar mais alto, das relações de poder abusivas, do desrespeito, da opressão, do medo, da humilhação.

Uma relação que se mantém por meio de práticas autoritárias, não promovem a autonomia, a reflexão e a crítica, pois, trata-se de relações de poder, opressão e controle. Tais relações autoritárias, são estabelecidas dentro de uma lógica conservadora e hierárquica. Assim sendo, quem tem mais poder manda mais. É uma lógica que se estabelece então pela via do “mando”, de um que exige a “obediência” do outro; na lógica do “eu falo e você escuta”, eu “mando e você obedece”. Práticas assim não podem ser confundidas com uma postura de autoridade, são práticas autoritárias e não de autoridade.

De acordo com Freire (2011, p.111)

Não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precisa falar a ele (FREIRE, 2011, p.111).

A base de uma relação de autoridade, como já foi dito, tem como princípio o respeito, e é construída a partir do diálogo que promove escuta e consequentemente uma relação de confiança entre as partes.

A base de relação autoritária é construída por práticas opressoras, pautadas em uma relação de poder, de mando, que impõem ao outro uma

condição de submissão, de silenciamento e medo. Não existe educação em uma relação de autoritarismo, elas não se sustentam. Uma relação autoritária perde a sua força à medida que o outro, oprimido e que obedece as ordens perde o medo. Quando a criança é pequena o grito do adulto lhe assusta, lhe põe medo, por isso ela cumpre o mando, obedece a ordem dada, porém não cria um vínculo afetivo, um elo de confiança, de admiração e respeito, ao contrário, na maioria das vezes, alimenta o sentimento de raiva, o desejo de vingança e também e vai hospedando em seu íntimo um opressor, vão introjetando em si a sombra do opressor, e aos poucos acabam aprendendo a dar ao outro aquilo que receberam.

Segundo Freire (2000,p. 96)

É na prática de experimentarmos as diferenças existentes que nos descobrimos como **eus e tus**. A rigor, é sempre o outro, enquanto tu, que me constitui como eu, na medida em que eu, como tu do outro, o constituo como eu.

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Autoridade em Freire é uma presença formadora, na perspectiva da construção da autonomia crítica e capaz de assumir posições independentes e solidárias, ao mesmo tempo, na busca desperta da liberdade (FREIRE, 2011, p.58).

Algumas bases conceituais que fundamentam e subsidiam a construção da autoridade no processo educativo

A sociedade na qual vivemos está cada vez mais informatizada, avançada e moderna. Embora essa modernidade possa parecer atraente, trazendo praticidade, comodidade, ela também dissemina uma cultura individualista, de relações líquidas, que algumas vezes acaba por desencadear angústia e depressão em grande parte da população, independente da classe social, tipo de trabalho, grupo familiar etc. Dentre os diversos fatores que envolvem tais problemas existentes na sociedade contemporânea, um deles é a perda de sentido da vida, que afeta inúmeros trabalhadores e trabalhadoras, e de modo especial, o(a) professor(a). Exemplo disso são as reflexões apresentadas por Ball acerca do conceito de performatividade e seus desdobramentos em relação à docência. Segundo o autor, a performatividade tem como cerne resultados e desempenhos, e gera um forte controle sobre a atividade docente, emanando critérios de competição e indivi-

dualismo os quais acabam ruindo princípios democráticos como autonomia e a cooperação.

Viver dentro de um sistema de trabalho diário prescrito à sua revelia, que lhe impõem uma série de exigências, prazos, metas, controle excessivo, avaliações, relatórios, pontuações, resultados etc., gera o que Paulo Freire define como cansaço existencial¹.

Uma vez que se perde o sentido sobre o que se faz, aos poucos se perde também o sentido da vida, a sensibilidade e à medida que se inicia esse processo, o sujeito começa a caminhar para a perda de sentido, e, por consequência um processo também de desumanização. Quando o(a) professor(a) perde o sentido no processo de ensino e aprendizagem, todos os envolvidos no processo perdem também. Pois, o(a) professor(a) é uma importante referência na mediação do processo de ensino e aprendizagem.

Para que a sala de aula seja um espaço que promova criação de sentido é necessário que o docente compreenda o sentido de sua profissão e internalize os princípios do diálogo. Diante disso o diálogo deve permear a prática docente por meio da palavra. Para Freire, o diálogo deve ser composto da palavra verdadeira. De acordo com o autor palavra verdadeira é a coerência que se tem entre o discurso e a ação.

Trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra verdadeira não é um privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. O diálogo é o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu (FREIRE, 1988, p.78).

Viver a palavra verdadeira é o caminho para a construção da autoridade. Pois, a autoridade docente requer coerência entre o que se diz e o que se fala, assim, de forma que a ação esteja sempre ligada à ideia do comprometimento com o outro.

O diálogo é o principal elemento para que se estabeleça uma relação pedagógica horizontal, sem hierarquias, criando espaço para que todos sejam ouvidos e ouvir a fala uns dos outros, sem distinção, sem que nenhu-

¹ Cansaço existencial: conceito teórico de Freire (2014, p. 190). Refere-se aos problemas e preocupações pessoais, que ultrapassam a 'situação-limite' em que as pessoas se acham imersas. Daí, também, a dificuldade de mover-se. Trata-se de uma 'anestesia histórica', geradora de uma certa apatia, de um certo imobilismo, à preocupação e ao debate de natureza política.

ma ideia se sobreponha a outra, mas que cada uma seja ouvida e refletida. O diálogo é o encontro dos homens no mundo. De acordo com Freire (2011, p. 109), “se é dizendo a palavra com que, pronunciando o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”.

Ao dialogar eu passo a ouvir o outro, sendo assim, me coloco na condição do outro. Dessa maneira, o educador precisa reconhecer a importância do diálogo e perceber que é a partir dele que se podem criar laços de confiança e respeito. Sobre isso Freire assegura:

A confiança implica o testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções. Não pode existir, se a palavra, descaracterizada, não coincide com os atos. Dizer uma coisa e fazer outra, não levando a palavra a sério, não pode ser estímulo a confiança. Falar por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira (FREIRE, 2011, p.113).

No processo educativo o diálogo é uma espécie de ponte para se conquistar a confiança e que aproxima as pessoas. Um educador não pode e não deve ter um discurso diferente da sua prática, pois o seu posicionamento e sua ação refletem no cotidiano escolar.

Não há nada talvez que desgaste mais um professor que se diz progressista do que sua prática racista, por exemplo. É interessante observar como há mais coerência entre os intelectuais autoritários, de direita e de esquerda. Dificilmente contribui, de maneira deliberada e consciente, para a constituição e a solidez da autonomia do ser do educando (FREIRE, 1997, p. 123).

Ao pensar o papel do educador, Freire discute sobre o educador-bancário (antidialógico) e do educador-educando (dialógico/problematizador). O autor destaca:

Para o “educador-bancário”, na sua antidialogicidade, a pergunta, obviamente, não é a propósito do conteúdo do diálogo, que para ele não existe, mas a respeito do programa sobre o qual dissertará a seus alunos. E a esta pergunta responderá ele mesmo, organizando seu programa.

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição - um

conjunto de informes a ser depositado nos educandos-, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (FREIRE, 2011, p.116).

Percebemos o quanto o educador(a) tem a possibilidade através do diálogo de repensar sua prática e com isso tomar consciência da importância do seu papel perante a sociedade atual, principalmente porque tal sociedade é uma sociedade informacional, do conhecimento.

Nesta perspectiva o(a) professor(a) não é mais aquela figura do século XIX, centro do processo de ensino e aprendizagem, considerado o único a transmitir o conhecimento. Hoje, sabemos que isso não mais se sustenta. Inúmeras são as vias de acesso à informação e ao conhecimento científico. A mídia, a internet e a tecnologia são em si em partes responsáveis por esta atual organização, que afetou diretamente a escola, principalmente o(a) professor(a), que por muitas vezes fica perdido em meio as atuais mudanças.

É importante compreender que com tantas mudanças e transformações sociais ao longo das últimas décadas, a escola hoje, enquanto instituição deve rever a sua concepção de educação, sua organização e funcionamento, pois, necessita garantir à população um espaço democrático e político, de pertencimento. Para tanto, a escola precisa antes de ensinar aprender, precisa que cada um e cada uma se eduque juntos, a partir de uma concepção de educação dialógica.

Freire nos permite entender a importância da relação que existe entre a comunicação e o diálogo. Por um lado, o autor evidencia que “a dialogicidade é uma exigência da natureza humana; de outro, um reclamo da opção democrática do educador. No fundo não há comunicação sem dialogicidade e a comunicação se acha no centro mesmo do fenômeno vital” (FREIRE, 2013, p.132).

Diante disso, é importante reconhecer a necessidade de se compreender o diálogo enquanto elemento central do processo educativo, pois, ele permite que a linguagem esteja voltada para o entendimento. Segundo Habermas (2003, p.123), somente pela via do discurso, com diálogo e pretensão de validade, que se pode fundamentar a ética, a moral, por todos os envolvidos. Uma prática dialógica horizontalizada é construída a partir de um diálogo igualitário, honesto, aberto e racional e nesse núcleo vital que se constitui o papel de autoridade do(a) professor(a).

Aprendizagem Dialógica: um caminho para a autoridade reflexiva

Pensar nesta perspectiva é pensar em alternativas possíveis para a construção de uma nova escola, em novas mentalidades e em novas concepções de educação/educações. Ao conceber uma escola pautada em práticas que fortaleçam a autoridade do(a) professor(a), onde alunos possam exercer o seu papel de aprendizes com liberdade, é que trazemos aqui o conceito de Aprendizagem Dialógica². Tal conceito oferece uma maneira diferente de pensar a gestão, as aprendizagens, as interações sociais, o processo educativo.

Segundo Mello:

A Aprendizagem Dialógica é um conceito que diz respeito a uma maneira de conceber a aprendizagem e as interações. É formado por princípios que se articulam nas formulações teóricas para permitir descrever o que, na prática, se dá como uma unidade (MELLO, 2012, p.43).

Aprendizagem Dialógica almeja uma educação de qualidade a todos, onde aluno e professor(a) aprendem juntos. Tal conceito é fundamentado por sete princípios: 1) Diálogo Igualitário, 2) Inteligência Cultural, 3) Transformação, 4) Dimensão Instrumental, 5) Criação de Sentido, 6) Solidariedade e 7) Igualdade de Diferenças.

Os princípios da Aprendizagem Dialógica podem ser compreendidos como apoio à reflexão da prática do(a) professor(a) dando a oportunidade de avançar do contexto de crise de sua autoridade. É importante que a escola conheça e considere todos os princípios principalmente o diálogo igualitário que é o princípio central que está interligado com os demais. A vivência deste princípio possibilita ao(a) professor(a) construir uma relação de proximidade, confiança e respeito entre todos, favorecendo um melhor desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma percebemos o quanto o diálogo é importante para o exercício da prática pedagógica do(a) professor(a), pois, ele aponta para um clima onde as relações são horizontais buscam um convívio respeitoso e harmonioso entre todas as pessoas que participam da escola.

² Aprendizagem Dialógica: Conceito teórico elaborado pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades (CREA- Universidade de Barcelona).

O autoritarismo e autoridade precisam ser compreendidos na educação sendo que claramente os dois vêm sendo confundidos e confrontados. Para tanto, a Aprendizagem Dialógica apresenta um novo modelo educativo que visa promover interações de aprendizagem dentro de um conceito dialógico permitindo assim uma compreensão do mundo diretamente com o sujeito em seu contexto proporcionando relações dialógicas e ao mesmo tempo uma conquista que busca potencializar o constructo do processo educativo.

Na sala de aula acontecem vários tipos de interações e é nesse momento que o(a) professor(a) deve buscar conhecer seus alunos, suas fragilidades, anseios, medos, sonhos etc. Segundo (FREIRE, 2011), “o professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia, [...] transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência” e assim, também se torna diretamente autoritário. Sobre isso o autor afirma que

É neste sentido que o professor autoritário que, por isso mesmo, afoga a liberdade do educando, amesquinhando o seu direito de estar sendo curioso e inquieto, tanto quanto o professor licenciado rompe com a radicalidade do ser humano a de sua inconclusão assumida em que se enraíza a eticidade (FREIRE, 2011, p.59).

Pensar nesse educador autoritário é trazer à tona todo um modelo de escola tradicional que ainda está impregnado nas gestões escolares. E também se faz necessário compreender as transformações da sociedade industrial para a sociedade da informação e do conhecimento, e assim, perceber que a hierarquia e o autoritarismo não se sustentam nas relações entre professores(as) e alunos, pois nesse molde não acontece uma educação libertadora e o sujeito fica alienado ao sistema capitalista.

A escola que acreditamos ser necessária é aquela que tem a clareza de sua proposta pedagógica e que compreende que precisa formar seus alunos com capacidade de agir e refletir diante a realidade. Essa formação precisa ser no sentido de uma consciência crítica e não ingênua. Freire ressalta que não podemos deixar de agir diante do poder dos fatos, “por isso é que é próprio da consciência crítica a sua integração com a realidade, enquanto que dá ingênua o próprio é a superposição à realidade” (IDEM, 138).

A educação precisa ser libertadora e também desafiadora no sentido de resgatar no aluno a vontade por aprender, “o trabalho dialógico na

sala de aula se configura como um constante *estar sendo*. Uma tentativa por parte dos(as) professores(as) de estabelecer outras relações com o conhecimento, com o ensino e com os/as alunos/as” (GABASSA, 2009). Nesse sentido, o professor tem a oportunidade de ensinar e de aprender atuando de forma significativa na vida dos alunos.

Para que uma escola almeje uma educação dialógica é primordial entender que

A intenção de uma educação dialógica é a de que a escola seja justamente um ambiente que possa acelerar os estágios ou degraus de desenvolvimento de cada pessoa, por meio da aprendizagem, ou seja, das diversas interações estabelecidas entre professores/as e alunos/as, destes entre eles/as e de todos/as com o conhecimento, sem desconsiderar as outras tantas interações vividas fora da escola que também podem acelerar ou frear a aprendizagem e o desenvolvimento (IDEM, p.55).

Compreender a escola como promotora de aprendizagem significativa é acreditar no poder da educação, ou seja, creditar nela a espera por uma sociedade justa e igualitária.

Ao entender a necessidade de desempenhar uma postura composta pela autoridade profissional o(a) professor(a) precisa estar preparado para mudança. Essa mudança pode partir da maneira de se pensar a aula e os conteúdos trabalhados. Repensar essa organização não é desvalorizar o(a) professor(a) ou colocá-lo na posição de aluno e sim contribuir para que, através da liberdade, ele construa sua prática respaldada em princípios de autonomia que mostre o seu posicionamento por meio de sua prática pedagógica de forma respeitosa.

Freire (2011, p.114) diz que “não há diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro, um pensar crítico. Pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade”. Desse ponto de vista, acredita-se que dialogar é ser solidário ao outro é reconhecer que ao ensinar também aprendo.

Mello (1995) caminha na mesma direção ao dizer que, “interação, diálogo, alegria, trabalho em grupo muitas vezes são entendidos como ameaças à disciplina da turma e, conseqüentemente, ao andamento da aula” (p. 141). Assim, entendemos que para trazer para sala momentos prazerosos de interações e aprendizagens o(a) professor(a) precisa dialogar com seus alunos e buscar o verdadeiro sentido da disciplina escolar.

Dessa forma, é importante ressaltar que

A disciplina não é apenas pré-condição para o trabalho em sala de aula, ela passa a ser decorrência de um trabalho interessante para os alunos. Envolvidos com o conhecimento de forma interessada e apaixonada, não há motivo para se entreter com outras coisas. Por outro lado, se o aluno se desviar de seu trabalho, cabe ao professor (organizar a aula) chamá-lo de volta (IDEM, p.141).

Assim, afirmamos que é importante a escola aderir e conhecer novas práticas que legitimam o diálogo como um importante guia das relações no processo de ensino e aprendizagem.

Desta forma, compreendemos a total importância de se educar para a dialogicidade, pois só a partir de um trabalho pedagógico que coloque o diálogo e o respeito como centro do processo educativo é que se poderá caminhar para a construção do verdadeiro papel de autoridade docente, compreendendo, a complexidade de nossa sociedade atual, visando a transformação do contexto da crise de autoridades, estabelecendo assim, interações cada vez mais dialógicas.

Algumas considerações

Diante deste trabalho, é possível compreender que vários são os fatores da existência de práticas autoritárias na escola. Dentre os vários fatores, podemos destacar um principal: a ausência do diálogo, muitas vezes ocasionado pela centralidade do(a) professor(a) e de seu exercício de controle e poder. Desta forma cabe à escola desenvolver ações que abram os caminhos para discutir e problematizar a possível inversão do entendimento entre autoridade e autoritarismo.

A autoridade docente se distancia do autoritarismo, pois ela é organizada de maneira a motivar o aluno a aprender, como também, auxilia o(a) professor(a) nos caminhos de construção de sua prática possibilitando atuações voltadas a potencializar o desenvolvimento da aprendizagem do educando.

No que diz respeito às inquietações que impulsionaram este trabalho, sobre a constante crise na autoridade docente, ficou evidente que se a escola não entender o diálogo como elemento fundamental para garantir as relações e aprendizagens, não terá mudanças no cenário educacional, uma vez que o diálogo se coloca como eixo transformador da/na prática educativa.

Os profissionais da educação precisam estar abertos ao diálogo de maneira horizontal e democrática buscando desenvolver a reflexão, a crítica e a autonomia do educando.

Cabe a nós educadores, enquanto busca formativa, entendermos que somos seres inconclusos e inacabados e que, portanto, precisamos nos educar e a aprender com o outro no mundo. Cabe a nós a busca contínua pelo conhecimento e da pesquisa, visando discutir a importância da desconstrução de práticas autoritárias que infelizmente ainda acontecem em muitas instituições escolares.

Referências

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola**. 8.Ed. São Paulo: Cortez, 2011, V. 8 (Coleção “Questão da nossa época”).

BRAGA, Fabiana Marini. **Aprendizagem dialógica: ações e reflexões de uma prática educativa de êxito**. São Carlos: EdUFSCar, 2012 (coleção UAB-UFS-Car).

CABRAL, F. M. S., Carvalho, M. A. V., & Ramos, R. M. (2004). **Dificuldades no relacionamento professor/aluno: um desafio a superar**. Ribeirão Preto, 14(29), 327-335.

CADERNOS I.N. **Comunidade Aprendizagem/ Sonhando com uma nova escola e uma nova sociedade**. Disponível em: <http://www.institutonatura.org.br/projetos/pesquisa-sobre-comunidades-de-aprendizagem/>. Acesso em: 25 fev. 2016.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências Humanas e sociais**. Série 1. São Paulo: Cortez, 1991, V.16 (biblioteca da educação).

D’ ANTOLA, Arlete. **Disciplina a Escola: Autoridade versus Autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989 (temas básicos de educação e ensino).

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em ciências sociais**.3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 35. ed. São Paulo/SP: Editora Paz e Terra, 2011.

_____. **Educação como prática de liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 18. ed. 1988 e 50. ed. 2011. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

_____. **À sombra desta mangueira**. 11. ed. 2013. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

GABASSA, Vanessa. **Comunidade de Aprendizagem**: a construção da dialogicidade em sala de aula. 2009. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, SP, 2009.

GIL, Carlos A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: 2.ed. Tempo Brasileiro, 2003. MÜHL, Eldon H. Habermas e a educação: ação pedagógica como agir comunicativo. Passo fundo: UPF Editora, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Magistério. 2º grau. Série formação do professor).

MACHADO, José Nilson. **Ética e Educação**. Pessoaalidade, Cidadania, Didática, Epistemologia. São Paulo: Ateliê: 2012.

MELLO, Roseli Rodrigues de. **Comunidades Aprendizagem**: Outra escola é possível. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

_____. Um diálogo sobre a relação dialógica em sala de aula. *In*: FRANCHI, Eglê Pontes (org.). **A causa dos professores**. Campinas/SP: Papyrus Editora, 1995, p.131-169. Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. IN: DESLANDES, Suely Ferreira (org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis/SP: Vozes Editora, 2007, p.9-29.

MORETTI, Juliana Aparecida, **A dialogicidade de Freire na construção do diálogo igualitário e suas relações com os princípios da Aprendizagem Dialógica**. Disponível em: <https://a+dialogicidade+de+Freire+na+constru%C3%A7%C3%A3o+do+di%C3%A1logo+igualit%C3%A1rio&btnG=&lr>. Acesso em: 20 fev. 2020.

RESENDE, Lucia Maria Gonçalves de. **Relações de poder no cotidiano escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

SILVA, César Augusto Alves da. **Além dos muros da escola: As causas do desinteresse, da indisciplina e da violência dos alunos**. Campinas, SP: Papirus, 2011. – (Coleção Papirus educação).

STRECK R. Danilo. **Dicionário Paulo Freire**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente**. São Paulo, Cortez, 2009.